

Lideranças femininas da pesca artesanal do estado de São Paulo: Análise das percepções sobre o trabalho em meio à pandemia de COVID-19

Lenísia de Freitas Tenório dos Santos

São Vicente

2021

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA ‘JÚLIO DE MESQUITA FILHO’

INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS

CAMPUS DO LITORAL PAULISTA

Lenísia de Freitas Tenório dos Santos

Lideranças femininas da pesca artesanal do estado de São Paulo: Análise das percepções sobre o trabalho em meio à pandemia de COVID-19

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências da UNESP – Campus do Litoral Paulista para obtenção do título de Bacharel em Ciências Biológicas, modalidade Gerenciamento Costeiro.

Orientadora: Débora Martins de Freitas

São Vicente

2021

Agradecimentos

Eu agradeço aos meus pais, Maria da Luz e Félix, que iluminam os meus dias com o seu amor desde sempre e para sempre, espero que eu esteja honrando tudo o que vocês me deram. Agradeço aos meus tios, que sempre apoiaram meus sonhos e minhas decisões e nunca me deixaram faltar nada, eu devo tudo a vocês. Aos meus irmãos, Fabrísio, Luiz Ricardo, Tamires e Heloísa, pelo companheirismo além da vida. Aos meus padrinhos de Batismo, Alexandre e Cecília. Aos meus padrinhos de Umbanda, Olímpio e Rose, e a todos os meus irmãos de alma por me darem o suporte e sempre me acolherem quando as dificuldades pareciam ser grandes demais. Aos meus orixás que sempre movimentaram as forças a meu favor.

Agradeço às minhas orientadoras Débora e Ingrid, por todo o conhecimento, compreensão e paciência. A todos os membros do GCosta e ao Instituto de Pesca por viabilizarem esse projeto. Às mulheres lideranças da pesca artesanal, as histórias que ouvi vão muito além de um TCC, me proporcionaram muito aprendizado pessoal, além de muita admiração. Aos órgãos discentes que participei, especialmente o Cursinho Caiçara, por expandirem os horizontes da minha graduação e mostrarem que é possível aprender muito mais do que conhecimento acadêmico.

Obrigada Biricumigos. Sidé, Biju, Dislokada, Bugada, Brekada, Patum, Tic Tac, Diarreia, Duyda, Miliante, Rã de Bol, Btum, 10s, Jão, Malagueta, Cária, Konga e Xepa. Vocês tornaram a graduação um período mais leve. Vocês me ajudaram em momentos que vocês nem imaginam, às vezes ver vocês era o que me motivava a ir para a faculdade. Meus melhores amigos: Gabrielly, Victória, Beatriz, Gabriela, Gabriel e a eterna Grazi, vocês me inspiram. Meus bebês, Banana e Tobias, me lembram sempre que o amor existe e mesmo sem terem a mínima ideia, confortam meu coração. Agradeço por fim a mim mesma, por ter me reinventado sempre que necessário, eu me orgulho de quem eu me tornei e do que eu construí. O momento de pandemia colocou muitos desafios à minha frente e o alívio de ter passado por tudo e estar aqui agora é enorme.

Eu espero levar esse trabalho e a mensagem que ele transmite a muitas mulheres.

S2371

Santos, Lenísia de Freitas Tenório dos

Lideranças femininas da pesca artesanal do estado de São Paulo : Análise das percepções sobre o trabalho em meio à pandemia de COVID-19 / Lenísia de Freitas Tenório dos Santos. -- São Vicente, 2022

35 p. : tabs., mapas

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Ciências Biológicas) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, São Vicente
Orientadora: Débora Martins de Freitas

1. Ecologia humana. 2. Pesca artesanal. 3. Percepção social. 4. Direito das mulheres. 5. Governança pública. I. Título.

Mulheres da Pesca: Caracterização e Percepções sobre o Trabalho Feminino na Comunidade Pesqueira do Rio do Meio, Guarujá – SP

RESUMO

A pesca artesanal é uma atividade econômica de grande importância para diversas famílias em todo o Brasil. Entretanto, a participação feminina nas tomadas de decisão nem sempre é levada em consideração. Como consequência, as mulheres perdem seus direitos trabalhistas, os benefícios do trabalho formal e sua voz no ambiente de trabalho. Tem crescido em alguns estados a mobilização das mulheres para a conquista do seu espaço nas reivindicações da categoria. Entretanto, há uma grande escassez de estudos sobre a participação feminina na pesca do estado de São Paulo, ainda que existam posições de liderança ocupadas por mulheres. Isso indica a necessidade de investigações relativas à caracterização do trabalho feminino para demonstrar o nível de representatividade das mulheres no setor pesqueiro, bem como a vivência desse trabalho sob a perspectiva dessas mulheres. O presente trabalho tem por objetivo contribuir para o conhecimento científico a respeito da participação feminina nos processos de representação e liderança da pesca artesanal em municípios do estado de São Paulo. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas e submetidos à análise de conteúdo, sendo codificados e categorizados de acordo com semelhanças nas respostas. Os resultados demonstram grandes desafios em ser uma mulher ocupando uma posição de liderança num setor onde a maior participação com visibilidade é masculina. Dentre as dificuldades, a relação com o poder público e o dever de mediar esse diálogo com os pescadores são as mais comentadas, além da falta de amparo ao setor da pesca artesanal. Recentemente, a pandemia de COVID-19 modificou o trabalho das lideranças e dos pescadores de forma drástica, trazendo insegurança e instabilidade. O estudo traz à tona as necessidades de políticas públicas efetivas para a pesca artesanal que garantam direitos, amparo e proteção aos trabalhadores e especialmente às trabalhadoras da pesca.

Palavras-chave: Gênero, coronavírus, trabalhadoras da pesca, políticas públicas, governança pesqueira.

ABSTRACT

Artisanal fishing is an economic activity of great importance for several families throughout Brazil. However, female participation in decision-making is not always taken into consideration. As a result, women lose their labor rights, the benefits of formal work and their voice in the workplace. The mobilization of women to conquer their space in the category's demands has grown in some states. However, there is a great scarcity of studies on female participation in fishing in the state of São Paulo, even though there are leadership positions held by women. This indicates the need for investigations related to the characterization of female work to demonstrate the level of representation of women in the fishing sector, as well as the experience of this work from the perspective of these women. This work aims to contribute to scientific knowledge about female participation in the processes of representation and leadership of artisanal fisheries in municipalities in the state of São Paulo. Data were obtained through semi-structured interviews and submitted to content analysis,

being coded and categorized according to similarities in the responses. The results demonstrate great challenges in being a woman occupying a leadership position in a sector where the greatest participation with visibility is male, mainly to deal with bureaucratic issues between fishermen and public authorities. Among these difficulties, the relationship with public authorities and the duty to mediate the dialogue with fishermen are the most discussed, in addition to the lack of support for the artisanal fishing sector. Recently, the COVID-19 pandemic modified the work of leaders and fishermen drastically, bringing insecurity and instability. The study brings to light the needs of effective public policies for artisanal fishing that guarantee rights, support and protection to workers and specially to fishing workers.

Key-words: Gender, coronavirus, fisheries workers, public policy, fishery governance.

1. Introdução

As comunidades caiçaras surgiram no contexto da ocupação histórica do litoral brasileiro sendo compostas pela miscigenação de indígenas, portugueses e, em menor escala, africanos (DIEGUES, 1983). Uma vez que a colonização possuía um caráter predominantemente agrícola, habitavam terras úmidas e quentes. (NASCIMENTO & PEDRO, 2018; STORI, 2010). Tais comunidades se perpetuaram até os dias atuais tendo como base econômica as atividades de agricultura itinerante, extrativismo vegetal, pesca artesanal, e ao longo das últimas décadas, o turismo (NASCIMENTO & PEDRO, 2018).

Devido à importância econômica e ambiental da atividade, a pesca é um relevante tema de pesquisa para a comunidade científica (MORENO, 2015; MENDONÇA, 2015; RAMIRES *et al.*, 2018). Entretanto, há uma diferença de visibilidade atribuída à atuação do homem e à da mulher, sendo poucas as análises que considerem os papéis e as variáveis ligadas ao gênero, especialmente em países em desenvolvimento, onde a participação feminina é notável ou mesmo em atividades em que elas dominam (SANTOS, 2015). Jeyanthi *et al.* (2015), constataram que na Índia, por exemplo, cerca de 75% da força de trabalho nas atividades alimentares pesqueiras é feminina. Segundo dados do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), no ano de 2008, 34,27% do total de pescadores registrados no Brasil eram do gênero feminino (ALENCAR, 2011). Já em 2010, esse dado passou a ser de 40,85% no Brasil, e 19,24% no estado de São Paulo (MPA, 2012). Esses dados evidenciam a importância da mulher nessa atividade no Brasil, ainda que certamente estejam subestimados, uma vez que estando em etapas consideradas secundárias da pesca (beneficiamento, processamento, venda, confecção de petrechos de pesca, etc.), não estão regularizadas no RGP (LOPES *et al.*, 2020; SILVA *et al.*, 2022).

No sentido de contribuir ao entendimento do papel da mulher na gestão pesqueira no Brasil, é necessário analisar o início da atividade e dos seus movimentos sociais, uma vez que recebeu uma forte intervenção inicial do Estado (DIEGUES, 2004). A primeira regulamentação de pescadores ocorreu em 1846, através das Capitânicas dos Portos nas províncias marítimas do Império, que possuía um caráter militar e de controle marítimo (SILVA, 1988: 124), onde a participação social já era baixa, e consequentemente a exclusão das mulheres é evidente (LOPES *et al.*, 2020). As Colônias de Pescadores surgem em 1912, criadas pelo governo com o objetivo de garantir um grupo de reserva para a defesa do país, novamente com um sentido de militarização da pesca; e para servir como centros educacionais de integração do pescador

com o país (BRETON *et al.*, 1996). Entre 1932 e 1961, as colônias estiveram associadas ou ao Ministério da Marinha ou ao Ministério da Agricultura. No governo militar, elas eram comandadas por sargentos ou tenentes (BRETON *et al.*, 1996), o que evidencia que as colônias nasceram e se mantiveram por longo prazo sem representatividade social (LOPES *et al.*, 2020).

Apenas com a queda da ditadura militar no Brasil, em 1985, associações e colônias pesqueiras, sem o viés militar, começaram a ser formadas na costa brasileira. No Rio de Janeiro, há algumas que incluem mulheres em sua direção, como a Colônia de Pescadores de Copacabana (Z13) e a de Arraial do Cabo (Z5) (LOPES *et al.*, 2020). No Rio Grande do Norte, ao menos oito colônias das 19 do Estado estavam sob controle feminino em 2020 (LOPES *et al.*, 2020).

A partir da década 1990, as mulheres passam a se mobilizar nacionalmente para influenciar ações do Estado que as tratassem como pescadoras (LOPES *et al.*, 2020). Entre elas, o questionamento das dificuldades de acesso às políticas sociais e previdenciárias e ao poder político dentro do setor pesqueiro, como a possibilidade de liderarem organizações de pesca (colônias, sindicatos e associações) (ALENCAR *et al.*, 2015).

Em 2009, os caminhos para superar essas dificuldades foram facilitados através da Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009, conhecida como a Lei da Pesca. Essa lei permitiu a inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira a qualquer pessoa que exercesse a atividade pesqueira, a qual, por sua vez, contemplou no contexto artesanal desde a confecção e reparo de petrechos até a comercialização do pescado (LOPES *et al.*, 2020). Essa lei possibilitou maior participação oficial feminina em outras atividades da cadeia de pesca (LOPES *et al.*, 2020). No entanto, esta lei não marca o fim de uma luta histórica pelo reconhecimento feminino nas atividades pesqueiras, já que nos anos seguintes novos decretos e medidas provisórias (e.g., Medidas Provisórias 664 e 665 e Decretos Presidenciais 8.424/2015, 8.425/2015 e 8.967/2017) reclassificaram e restringiram a definição de pesca e de atividades de “apoio à pesca” (como beneficiamento do pescado, produção e manutenção de petrechos) para impedir que os “pescadores não legítimos” (qualquer pessoa que não trabalhe diretamente na captura de peixes e mariscos, o que inclui a maioria das mulheres) tivessem acesso a direitos como seguro-defeso, aposentadoria e pensão (LOPES *et al.*, 2020). Assim, mulheres que são classificadas como aquelas que provêm apoio à pesca não têm direito à licença maternidade, seguro-desemprego, auxílio-doença ou contagem do tempo para aposentadoria especial (SILVA & LEITÃO, 2012).

Muito da articulação feminina que se seguiu nos últimos anos surgiu a partir de movimentos de base, como a Articulação Nacional das Pescadoras do Brasil, fundada em 2005, após sinalizações do governo de reconhecimento às suas demandas, que não resultaram em ações concretas. Hoje, estas demandas incluem maior acesso aos direitos trabalhistas, o reconhecimento do território pesqueiro, os riscos da privatização das águas e o reconhecimento das doenças ocupacionais, que tendem a afetar às pescadoras de modo distinto que aos pescadores.

Nas últimas décadas tem se difundido mundialmente a implementação de sistemas de manejo compartilhado de recursos naturais, os “sistemas de co-manejo”, representando uma alternativa ao regime de livre acesso (open access) e à centralização do controle nas mãos do Estado (CLEAVER, 2000; GUTIÉRREZ *et al.*, 2011). Apesar da literatura com foco na participação das mulheres ser escassa, por consequência de as mulheres corresponderem a um dos grupos comumente excluídos de participação efetiva em iniciativas aparentemente participativas (AGARWAL, 2001), alguns estudos têm encontrado relações positivas entre a representação feminina em sistemas de co-manejo de recursos naturais e o sucesso desses sistemas (AGARWAL, 2009; STAPLES & NATCHER, 2015; WESTERMANN *et al.*, 2005). À presença da mulher foi atribuído, por exemplo, o aumento dos níveis de cooperação, solidariedade, resolução de conflitos e capacidade de ação coletiva autossustentável (WESTERMANN *et al.*, 2005). A participação feminina também parece trazer abordagens mais holísticas para as tomadas de decisão, contribuindo para discussões mais complexas e para o estabelecimento de uma visão de longo-prazo dos problemas de gestão (STAPLES & NATCHER, 2015). Além disso, uma maior proporção de mulheres em grupos de co-manejo tende a garantir melhores resultados para os recursos em foco, devido principalmente a um maior nível de proteção dos recursos e de cumprimento das regras, e à maior cooperação existente entre mulheres (AGARWAL, 2009). Um bom exemplo é a inclusão feminina no co-manejo do pirarucu, na Amazônia, onde as mulheres têm sido incluídas e remuneradas pela sua participação (FREITAS *et al.*, 2020).

Entretanto, um novo desafio se apresenta à pesca artesanal no ano de 2020. A pandemia do novo Coronavírus (causador da doença COVID-19) provocou a adoção da estratégia de confinamento por todo o Brasil, um país com cerca 80 milhões de pessoas vivendo em situação de pobreza e sem condições sanitárias mínimas (REIS-FILHO & QUINTO, 2020).

Nesse contexto de precariedade sanitária, estão inseridos homens e mulheres que dependem exclusivamente da atividade de pesca para sobreviver e estão em uma condição

socioeconômica vulnerável, no estado de São Paulo e em todo o país (ALENCAR, 2011; FAGUNDES, 2011; FAO, 2017). Estima-se que aproximadamente 90% da população que dependem diretamente da pesca extrativa no Brasil trabalham no setor de pequena escala, cerca de metade dos quais são mulheres (FAO, 2017; MATTOS *et al.*, 2020).

Ainda não se tem dimensão dos efeitos que a estratégia do afastamento social como prevenção do contágio da COVID-19 trará no modo de vida do setor pesqueiro de pequena escala (REIS-FILHO & QUINTO, 2020). Reis-Filho & Quinto (2020) discutiram os efeitos imediatos da pandemia na pesca de pequena escala em Salvador, Bahia, que incluem uma fragilização das relações de comércio entre os pescadores e os consumidores de pescado e a dificuldade de acessarem os locais onde realizam suas atividades (praias, manguezais, etc.), o que afetou diretamente os ganhos e a estabilidade dos trabalhadores de pesca. Na mariscagem, particularmente, houve um intenso incremento no esforço laboral; por ser uma atividade menos rentável e majoritariamente realizada pelas mulheres, que sentiram mais intensamente os impactos na comercialização do seu pescado (REIS-FILHO & QUINTO, 2020).

Evidenciando-se a necessidade de elaboração de políticas públicas para a pesca artesanal, as pesquisas de percepção têm alcançado relevância (SANTOS, 2015; MANI-PERES *et al.*, 2016; PITA *et al.*, 2010; VASCO & ZACKRZEWSKI, 2010). As percepções, sejam elas individuais ou coletivas, funcionam como indicadores de respostas e reações sobre o ambiente em que os indivíduos interagem (VASCO & ZACKRZEWSKI, 2010). As pesquisas de percepção também podem ser ferramentas para compreender a autoanálise desses indivíduos acerca da sua inserção na atividade, uma vez que carregam processos cognitivos, julgamentos, expectativas e elementos culturais (PITA *et al.*, 2010; KLOCKNER, 2013; VASCO & ZACKRZEWSKI, 2010).

Uma vez que as realidades de homens e mulheres são diferentes, Kwok *et al.* (2020) demonstraram que o gênero influencia diretamente nas percepções sobre o trabalho na pesca. Algumas percepções de papéis e estereótipos de gênero estão profundamente enraizadas em sociedades pesqueiras de maneira que limites e barreiras sociais e econômicas foram construídas restringindo mulheres e homens a práticas preconcebidas (KWOK, 2017).

Assim, fica evidente que para que se altere a realidade da cultura sexista e que se amplie esses diálogos dentro da governança voltada à pesca artesanal com os devidos recortes às necessidades das mulheres, é necessário primeiramente entender a perspectiva das lideranças femininas (KWOK *et al.*, 2020).

2. Objetivos

O objetivo geral desse trabalho é contribuir para o conhecimento científico a respeito da participação feminina nos processos de representação e liderança da pesca artesanal em diferentes municípios do estado de São Paulo, levando em consideração o recente contexto da pandemia do COVID-19.

2.1 Objetivos Específicos

1. Localizar e mapear as lideranças femininas de pesca artesanal no estado de São Paulo;
2. Identificar, a partir das percepções dos sujeitos da pesquisa:
 - (i) os maiores desafios das mulheres pescadoras no papel de liderança e
 - (ii) os impactos percebidos da pandemia COVID-19 na atividade pesqueira.

3. Materiais e Métodos

3.1 Área de Estudo

O estudo foi desenvolvido com lideranças femininas de diferentes regiões do estado de São Paulo. Para facilitar a visualização, a área de estudo foi dividida em quatro regiões: Litoral Sul (1), Litoral Centro (2), Litoral Norte (3) e Continental (4). Os mapas de distribuição foram produzidos utilizando o software QGIS.

O Litoral Sul do estado de São Paulo é composto por três municípios: Iguape, Cananeia e Ilha Comprida, com uma numerosa quantidade de comunidades de pescadores artesanais (MENDONÇA, 2015), sendo essa atividade um importante componente econômico da região (MENDONÇA & MACHADO, 2010).

O Litoral Centro está inserido na porção central do litoral do estado de São Paulo, abrange áreas costeiras, insulares, continentais e estuarinas, sendo composta por nove municípios (Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente). Podemos encontrar comunidades de pesca artesanal em todos esses municípios (ROMANI, 2010; GEFE *et al.*, 2003).

O Litoral Norte, já se aproximando à fronteira com o estado do Rio de Janeiro, abrange os municípios de São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba e Ubatuba. Encontramos também a

pesca artesanal nos quatro municípios, sendo um tema recorrente de pesquisas científicas pela sua importância no território, além de ser uma importante região para o turismo, muitas vezes associado às comunidades pesqueiras (RAMIRES *et al.*, 2018; DA CAL SEIXAS *et al.*, 2014; CARDOSO, 2014).

A pesca continental no estado de São Paulo acontece em áreas represadas e em trechos livres de rios extensos, servindo como importante fonte de sustento para as populações ribeirinhas (ALVES DA SILVA *et al.*, 2009), ao longo dos rios como o Tietê e em represas como a Billings (MARUYAMA *et al.*, 2009; ALVES DA SILVA *et al.*, 2009). É praticada principalmente em pequena escala, individual ou em grupos (ALVES DA SILVA *et al.*, 2009).

3.2 Coleta de Dados

Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas (Anexo 1) (DUARTE, 2004). As entrevistadas foram identificadas através de contatos diretos com as entidades representantes dos pescadores artesanais, como Colônias de Pescadores e associações, bem como por indicação de pesquisadores do Instituto de Pesca/Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (IP/SAA-SP), que trabalham diretamente com este público. As entrevistas foram aplicadas às lideranças femininas formais e informais do estado de São Paulo via telefone ou videochamada, em decorrência da pandemia de Covid-19. O protocolo de entrevista foi validado pela Plataforma Brasil.

As perguntas foram divididas em três partes: (1) perfil socioeconômico (informações pessoais, questões estruturadas), (2) vivência como liderança feminina (questões livres) e (3) impactos da pandemia de Covid-19 na atividade (questões livres).

3.3 Análise de Dados

A primeira parte da entrevista foi analisada utilizando o Microsoft Excel, onde as porcentagens sobre os dados socioeconômicos foram calculadas.

Para analisar os resultados obtidos na segunda e terceira etapas foi utilizada a Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), constituída de três etapas fundamentais: (1) a pré-análise, fase onde foram organizados todos os materiais utilizados para a coleta de dados e materiais secundários julgados necessários para auxiliar o entendimento do fenômeno e fixar o corpus da investigação, definido pela autora como “a especificação do campo que o pesquisador deve centrar a atenção”; (2) a descrição analítica, etapa na qual o material coletado é mais aprofundado, inicialmente orientado pelos objetivos e pelo referencial teórico, resultando na

codificação dos dados em unidades já existentes, para buscar sínteses coincidentes e divergentes de ideias; e (3) a interpretação referencial, a última fase, onde ocorre a análise propriamente dita, classificando elementos que apresentem características em comum para posteriormente agrupá-los em categorias e interpretá-los.

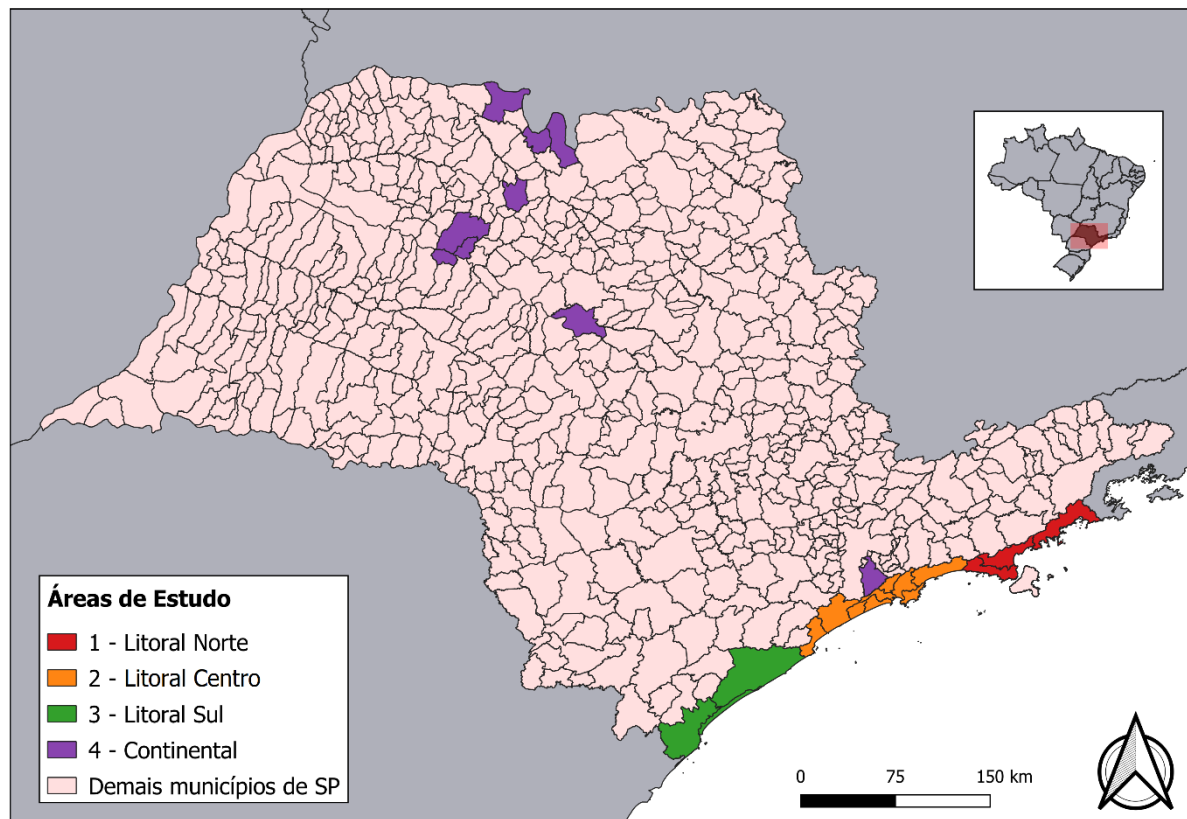
Os resultados foram processados e categorizados conforme um modelo aberto, definido em Silva *et al.* (2005) como um modelo onde as categorias não são pré-determinadas, de forma que os elementos adquiridos nas entrevistas são agrupados e organizados de uma forma não fixa, sendo identificados elementos em comum para definir as unidades de categorização. Dessa forma, foi calculada a porcentagem ou a frequência (f) de aparição de cada uma das categorias. As categorias com maior porcentagem são consideradas mais representativas da realidade estudada.

4. Resultados e Discussão

4.1 Perfil Socioeconômico e Caracterização Laboral

Foram mapeadas 17 lideranças femininas da pesca artesanal no estado de São Paulo, das quais 14 (82,35%) participaram da entrevista. A atuação das representantes abrange municípios do Litoral Centro (Guarujá, São Vicente, Santos, Cubatão, Peruíbe, Mongaguá, Itanhaém e Bertioga), do Litoral Norte (Ubatuba, Caraguatatuba e São Sebastião), do Litoral Sul (Cananeia, Iguape e Ilha Comprida) e do Continente (São Bernardo do Campo, Icém, Ibitinga, Itajaí, Navegantes, Governador Celso Ramos, Guaraci, Paulo de Faria, São José do Rio Preto, Ubarana, Barbosa e José Bonifácio), além de uma liderança de atuação estadual. Quatro entrevistadas (28,57%) atuam apenas na própria comunidade onde reside, enquanto dez (71,43%) atuam em mais de uma comunidade, incluindo de outros municípios. (Figura 1)

Figura 1. Mapeamento das áreas de atuação das lideranças femininas da pesca artesanal entrevistadas



A faixa etária das entrevistadas é bem distribuída (Tabela 1), variando de 25 anos (entrevistada mais jovem) até 70 anos (entrevistada mais velha), com média de 51,5 anos. As maiores porcentagens foram observadas nas faixas entre 51 e 60 anos e mais de 60 anos, com 28,57% cada. A menor porcentagem, com 7,14%, está na faixa entre 20 e 30 anos. Alencar *et al.* (2019) apresentaram dados de perfil socioeconômico de trabalhadores da pesca de todo o país, sendo que na região Sudeste a idade média para as mulheres foi de 45 anos, resultado próximo do obtido. É possível que essa pequena diferença se dê devido ao fato de que as mulheres alcançaram a posição de liderança com uma idade já avançada, conforme exposto na Tabela 2, que mostra o tempo de atuação como liderança.

Tabela 1. Faixa etária das lideranças femininas da pesca artesanal do estado de São Paulo (em anos).

Faixa etária	N	%
Entre 20 e 30 anos	1	7,14
Entre 31 e 40 anos	2	14,29
Entre 41 e 50 anos	3	21,43
Entre 51 e 60 anos	4	28,57
Mais de 60 anos	4	28,57
Total	14	100

Tabela 2. Tempo de atuação como liderança na pesca artesanal do estado de São Paulo.

Tempo de atuação	N	%
Até 10 anos	4	28,57
Entre 11 e 20 anos	6	42,86
Entre 21 e 30 anos	2	14,29
Entre 31 e 40 anos	1	7,14
Mais de 40 anos	1	7,14
Total	14	100,00

Um pouco mais da metade das entrevistadas é também, além de liderança, trabalhadora da pesca (57,14%), enquanto 42,86% atualmente se dedicam apenas à liderança do setor pesqueiro. Das que trabalham como pescadoras, 50% está na atividade há mais de 15 anos, 37,5% entre 10 e 15 anos e 12,5% entre 5 e 10 anos. Metade delas mencionou ter aprendido com o marido para trabalharem em conjunto, e a outra metade aprendeu com familiares. Isso demonstra dois pontos importantes: um, que o trabalho da mulher na pesca muitas vezes ainda é levado em função do marido; e dois, que a pesca artesanal ainda possui um sentido de pertinência familiar. Ambos os pontos foram discutidos por Garcia *et al.* (2007), ao estudarem a pesca em Rio Grande (RS) e constatarem que as mulheres estão ligadas aos maridos ou aos pais na atividade, e que já aprendem a pescar desde a infância.

O local de nascimento também varia, porém, a maior parte das entrevistadas (78,57%) nasceu no mesmo local onde reside e atua como liderança, reafirmando a tradição dentro da pesca artesanal.

O nível de escolaridade das entrevistadas é alto, sendo que maioria (28,57%) concluiu o Ensino Médio com algum curso profissionalizante (Tabela 3). Apenas uma entrevistada não concluiu o Ensino Fundamental, e todas as demais concluíram no mínimo o Ensino Médio regular. Isso diverge dos resultados obtidos por Alencar *et al.* (2019) sobre a pesca artesanal no Brasil, onde apenas 5,33% possuem pelo menos o Ensino Médio completo. Na região Sudeste, essa porcentagem é de 8,08%, segundo os mesmos autores. Pode ser um indicativo de que aqueles que alcançam as posições de liderança da pesca artesanal possuem uma escolaridade maior, especialmente porque algumas entrevistadas afirmaram terem ingressado no Ensino Superior para se aprimorar na função. Dessa forma, fica evidente a necessidade de mais investimento na educação da população pesqueira, sendo uma parcela da sociedade que de forma geral não consegue alcançar níveis de estudos mais alto, e que as lideranças entrevistadas são exceções dentro desse contexto.

Tabela 3. Escolaridade das lideranças femininas da pesca artesanal do estado de São Paulo.

Nível de escolaridade	N	%
Superior Incompleto	3	21,43
Médio Completo (profissionalizante)	4	28,57
Médio Completo	3	21,43
Superior Completo	3	21,43
Fundamental Incompleto	1	7,14
Total	14	100

Metade das entrevistadas (50%) declarou seu estado civil como casada. Em seguida, 21,43% são solteiras, e uma menor porcentagem amasiadas ou viúvas, com 14,29% cada.

A maior parte das entrevistadas (64,29%) não obtém renda através de seu papel como líder da pesca artesanal. Dados ainda mostram que na maioria das vezes o trabalho é voluntário e, neste caso, as pescadoras recebem apenas uma ajuda de custo a qual não é suficiente para o sustento próprio. Dentre as líderes que obtêm renda da atuação como liderança (35,71%), foi citado que era advinda de diferentes fontes, como: salário da prefeitura (no caso de uma entrevistada que ocupa um cargo no setor da pesca como funcionária pública); realização de atividades e palestras fora da comunidade; e pagamento de associações. Relacionando os dados, cinco das nove que afirmaram não receberem remuneração pela atuação como lideranças,

tirando o seu sustento como trabalhadoras da pesca. As demais citaram fontes de renda alternativas.

Quando questionadas com quem aprenderam as funções relacionadas à liderança, 43,75% afirmaram terem aprendido sozinhas, no dia a dia, enquanto que 37,5% aprenderam com familiares que já realizavam esse trabalho anteriormente ou realizam em conjunto a eles, 12,5% obtiveram ajuda de outras lideranças, e 6,25% receberam o auxílio de colegas de trabalho de dentro das instituições onde são líderes.

4.2 Vivência como liderança feminina

Os dados de percepção foram analisados pelo processo de codificação da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977). Dessa maneira foi possível observar os elementos em comum que surgiram nas respostas livres, indicando as percepções mais representativas entre as mulheres, conforme demonstrado na Tabela 4.

Tabela 4. Panorama geral das percepções das lideranças femininas

Início da trajetória como liderança			Relação com o poder público		
Categoria	N	%	Categoria	N	%
Convite para assumir a liderança	5	25	Conflitos	2	6,90
Fundação da instituição	3	15	Boa relação	4	13,79
Tradição familiar	10	50	Preconceito	6	20,69
Alternativa de trabalho	2	10	Conveniência	3	10,34
Total	20	100	Burocracia	2	6,90
			Negligência	5	17,24
			Necessidade de se impor	7	24,14
			Total	29	100,00
Principais pontos durante a trajetória			Principais dificuldades do trabalho		
Categoria	N	%	Categoria	N	%
Necessidade de se impor	4	13,33333	Desvalorização da pesca artesanal	4	16
Luta caiçara	9	30	Poder público	9	36
Dificuldades com órgãos públicos	5	16,66667	Pescadores	4	16
Especialização no trabalho	5	16,66667	Meio ambiente	2	8
Força e representatividade feminina	3	10	Preconceito	1	4
Amor pelo trabalho	3	10	Fiscalização	5	20
Luta ambiental	1	3,333333	Total	25	100
Total	30	100			
Relação com os pescadores			Participação das mulheres nas decisões		
Categoria	N	%	Categoria	N	%
Necessidade de se esforçar mais	5	16,13	Maioria se impõe	10	43,48
Necessidade de se impor	5	16,13	Maioria não participa	1	4,35
Relação de confiança	9	29,03	São discriminadas	4	17,39
Dificuldade não relacionada ao gênero	1	3,23	Se sentem intimidadas	4	17,39
Preconceito	5	16,13	Participam igualmente	4	17,39
Superação	6	19,35	Total	23	100
Total	31	100,00			

Demandas e necessidades para as mulheres		
Categoria	N	%
Legislação mais eficiente	9	47,37
Reconhecimento	3	15,79
Formação profissional	3	15,79
Mais imposição por parte das mulheres	2	10,53
Nenhuma	2	10,53
Total	19	100

Sobre a trajetória que traçaram até chegar na posição de liderança, muitas categorias surgiram, indicando vivências muito individuais, mas que também possuíam pontos convergentes. A categoria mais representativa (50%) é a que menciona uma tradição familiar, onde as entrevistadas afirmaram estarem envolvidas com a pesca desde a infância, o que as levou até o cargo atual, conforme contou A.P. (33 anos):

“Eu cresci numa família tradicional de pescadores artesanais. Meus tios, meus primos, meu pai, minha avó também era. São os caiçaras da Bocaina, da base aérea de Santos. Cresci na beira da maré vendo meu pai catando camarão na tarrafa, que agora é jerivá. E sempre acompanhei o meu pai. E dos três filhos dele, todos tem carteirinha de pesca, mas assim, quem mais acompanhava era eu, a mulher. E foi aí que começou.”

Surgiu, inclusive, uma categoria em que as mulheres afirmaram terem participado da fundação da instituição (15%). Algumas viram esse caminho como uma alternativa de trabalho, sendo algo não totalmente planejado (10% das respostas). Outras contam que foram convidadas a assumirem a liderança da instituição onde atuam (25% das respostas). Estudos ao redor do mundo documentam que as mulheres foram historicamente excluídas da participação política da pesca, e ainda que isso esteja mudando nos últimos anos, ainda enfrentam desafios para alcançarem as posições de liderança (ALONSO-POBLACIÓN & SIAR, 2018).

Durante a jornada, 30% das respostas incluiu a presença da luta caiçara, muitas vezes servindo de motivação para que conseguissem melhorar a realidade dos pescadores de alguma forma. Houve ainda uma resposta que citou a luta ambiental, relacionando a importância de a pesca artesanal andar de mãos dadas com a conservação (3,33% das respostas). Em 13,33% foi

comentada a dificuldade em traçar esse caminho por ser mulher, uma vez que era necessário se impor de forma firme para ter voz ativa. Nesse sentido, em 10% das respostas a categoria de que esse trabalho simbolizava força e representatividade para as mulheres também apareceu. Outro conflito bastante comentado nas respostas, sobre a construção de seus cargos (16,66%) foi a dificuldade de lidar com os órgãos públicos de todas as esferas. Apesar disso, está presente, em 16,66%, um esforço de se especializar nesse trabalho, onde as entrevistadas buscaram inclusive formação em áreas que a ajudassem a melhorar suas competências. E em 10%, o amor e apreço pelo que fazem foi citado. Maneschy *et al.* (2012), ao mapearem organizações de luta feminina na pesca artesanal brasileira, apontaram que as principais motivações do engajamento político das mulheres estão relacionadas justamente ao fator da conquista de direitos da pesca artesanal como um todo, e não apenas ligado às questões de gênero. Mafra (2019), na mesma linha, descreveu a importância do envolvimento de lideranças femininas na resolução de conflitos territoriais e identitários na pesca artesanal.

A entrevistada M.V. (66 anos) resume bem a trajetória das lideranças femininas:

“Ainda não está totalmente como a gente conversava, como ele (pai) dizia que queria ver, mas já está um 70% do sonho dele, já tá quase totalmente realizado, em termos de organização. Porque o pescador artesanal aqui, ele sempre foi muito usado, abusado e abandonado. As pessoas quando precisavam, vinham, tomavam as informações e iam embora. E as agressões no meio ambiente sempre aconteceu, e nunca ninguém quis pegar uma liderança que liderasse com a preocupação mesmo que tem que ser, de defesa do pescador.”

A respeito da diferença de tratamento em função de seu gênero, 71,43% das entrevistadas acredita que ela existe por parte dos pescadores, 21,43% afirmaram que não e 7,14% não soube responder. A relação com os pescadores também foi explorada: a categoria mais presente (29,03%) diz que com o tempo foi possível construir confiança e cooperação. Em 19,35% das respostas apareceu o fato de ter sido desafiadora essa construção no início, mas que essa dificuldade serviu de superação para si mesmas. Outras categorias incluem a demanda de mais esforço para uma mulher do que seria necessário para um homem, ao lidar com os pescadores (16,13%); novamente, mais necessidade de se impor por ser mulher (16,13%); e o preconceito por conta de seu gênero (19,35%). Em uma resposta (3,23%) a entrevistada afirmou que as dificuldades com os pescadores são gerais, e não devido ao fato de ser uma liderança feminina.

Também foi perguntado sobre a relação das lideranças com o poder público de forma geral. A categoria mais numerosa, com 24,14%, retoma o que foi descrito nas perguntas anteriores: as mulheres precisam se impor muito mais para conseguirem realizar seu trabalho. Em seguida, o preconceito sofrido na resolução de problemas por serem mulheres (20,69%), destacando que o tratamento muda de acordo com o gênero da liderança. Citaram também falta de suporte por parte do poder público (17,24%), negligenciando o trabalho das lideranças e a pesca artesanal de forma geral. Com 10,34%, a percepção de que o poder público trata o ramo da pesca artesanal de forma oportunista, havendo atenção necessária apenas quando convém. Com 6,90% cada, duas categorias ressaltaram a dificuldade dessa relação: em uma, como sendo bastante conflituosa e na outra, como sendo muito burocrática. Apesar disso, em 13,79% das respostas informaram uma boa relação com o poder público. M.R. (63 anos) relatou o descaso sofrido a respeito de conflitos ligados à desterritorialização:

*“O mar não tá pra peixe, como é que a gente vai viver? Eles (pescadores) não têm outra possibilidade, querida. Entende? E cadê o governo? O municipal não tem força, não tem dinheiro, não tem interesse. Mas cadê a estadual? Cadê o federal nesse momento? Tá fazendo p**** nenhuma. Me prove se for o contrário, que é o que eu estou aguardando. Eu não estou agourando, muito pelo contrário, quero que eles provem. Eu quero o melhor pros pescadores e pra todos da agricultura familiar. Só que ninguém me prova isso. E como é que vai ficar?”.*

Neste sentido, Mafra (2019) também relatou em Matinhos (PR) intensos conflitos de desterritorialização das comunidades de pesca artesanal, onde os pescadores passaram por um processo de resistência política para reivindicar seus direitos e seu território, e a liderança feminina na comunidade teve papel essencial na representação.

As maiores dificuldades do trabalho como liderança feminina da pesca artesanal, segundo as entrevistadas, são: lidar com o poder público (36%), devido à burocracia e aos conflitos citados anteriormente, além de precisar fazer a intermediação com os pescadores, o que se torna uma tarefa turbulenta; atender às exigências da legislação e da fiscalização, que segundo as entrevistadas, tem sido, cada vez mais, algo desafiador (20%); a desvalorização da pesca artesanal (16%); e lidar com os pescadores (16%). Incluíram também em menor número a degradação do meio ambiente, que dificulta todo o cenário da atividade (8%), e o preconceito por serem mulheres (4%).

Os conflitos da pesca artesanal devido a sua desvalorização e falta de suporte por parte do poder público não são novidade. Desde 1983, Diegues já discutia a respeito da criação da já extinta Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), e de como seus resultados não geraram bons frutos para a pesca artesanal, ainda que o setor seja um grande produtor de pescado no país; e apenas a pesca industrial é devidamente subsidiada. Machado & Gomes (2014) colocam também os problemas relacionados à legislação, que impõe diversas restrições ao pescador artesanal, agravando os conflitos territoriais e a competitividade com a pesca industrial. A fiscalização, segundo as entrevistadas, sempre pesa mais para o pescador artesanal.

A maioria das entrevistadas (n=8) acredita que o trabalho que realizam é valorizado, mas no geral apenas pelos pescadores, que enxergam o esforço feito por elas. Uma delas discorreu explicando que o poder público apenas valoriza em momentos de interesse. Duas afirmaram que não acham que são valorizadas enquanto lideranças, uma disse que isso varia de acordo com o momento, e duas não responderam a essa questão.

Sobre a participação feminina na tomada de decisão da pesca artesanal, foi questionado se as mulheres de forma geral (lideranças e trabalhadoras) possuem visibilidade e são ouvidas. A maioria afirmou que as mulheres se colocam de forma impositiva, “se fazendo ouvir” (43,48% das categorias). Outras categorias também apareceram com 17,39% cada, como: sofrerem discriminação por conta de seu gênero; se sentirem intimidadas ao se colocarem por receio de não serem ouvidas; e a participação das mulheres ocorrendo de forma igualitária aos homens. Uma entrevistada (4,35% das categorias), comentou que a maioria das mulheres de sua comunidade não participa da tomada de decisões, apenas os homens. Población & Siar (2018) apontam que os principais obstáculos para que as mulheres participem mais das decisões estão relacionados à ideia de que as mulheres não pescam, e, portanto, seu trabalho não é reconhecido. Maneschy *et al.* (2012) destacam que muitas vezes as organizações femininas se formam com a ajuda dos pescadores, porém também podem surgir em oposição a eles, já que as necessidades das mulheres são distintas, e não levadas em consideração no meio masculino. Afinal, “*não se pode isolar a questão da mulher de seu contexto sociocultural, econômico e político.*” (SAFFIOTI, 1987).

Nesse sentido, algumas demandas e necessidades para melhorar a situação das mulheres na pesca artesanal foram listadas por elas: uma legislação da pesca mais eficiente, que garanta um trabalho digno e equidade entre homens e mulheres, garantindo direitos iguais (47,37%); mais reconhecimento para as mulheres por todas as partes integrantes da pesca (15,79%); subsídios e políticas públicas para formação profissional, para que melhorem seu trabalho na

pesca e também tenham alternativas para seu sustento (15,79%); e que as mulheres por si mesmas se imponham mais (10,53%). Duas entrevistadas (10,53%) acreditam que não falte nada para as mulheres, e que a igualdade já foi atingida. As demandas femininas começam nas trabalhadoras e se estendem às lideranças, demonstrando que as desigualdades de gênero alcançam todas as mulheres do setor. Carmela & Pinheiro (2019), ao traçarem os caminhos da participação das mulheres sob a ótica da ecopsicosociologia, definem que: *“O fazer feminino da pesca articula-se na superação, na renovação e na re-apropriação de um sentido que está sendo reinventado por elas: o lugar da mulher na pesca.”*.

Não obstante a liderança feminina em diversas localidades, a participação dos homens ainda é muito maior. Segundo Diegues (2001), é inviável a criação de planos de manejo e políticas públicas sem a participação direta de todas as categorias de trabalhadores que interagem com os recursos pesqueiros. Por isso, a participação feminina em órgãos de tomada de decisão pode ser considerada uma forma de superar o não-reconhecimento do seu trabalho e a falta de direitos (GOES, 2008), e é fundamental para a efetividade de programas institucionais de manejo pesqueiro (DIAS *et al.*, 2007). Para tanto, é necessário ouvir a voz das mulheres, trabalhadoras e lideranças, e a partir de suas percepções, as quais podem se tornar subsídio para reivindicar, assegurar, reconhecer e conquistar seus direitos

4.3 Impactos da pandemia de COVID-19

Os impactos da pandemia foram questionados em relação a dois aspectos principais: na pesca propriamente dita e no trabalho como liderança (Tabela 5).

Tabela 5. Impactos do Covid-19 na pesca artesanal e no trabalho de liderança

Impacto do Covid-19 na pesca			Impacto do Covid-19 no trabalho de liderança		
Categoria	N	%	Categoria	N	%
Perdas de vidas	2	4,55	Superação, busca de alternativas	3	11,54
Queda na venda do pescado	11	25,00	Dificuldade financeira	1	3,85
Queda no turismo	6	13,64	Interrupção de projetos	6	23,08
Busca de alternativas	10	22,73	Controle de atendimento	4	15,38

Problemas emocionais, medo	7	15,91		Falta de ajuda do governo	5	19,23
Agravamento dos problemas pré-existentes	6	13,64		Problemas emocionais, medo	2	7,69
Falta de ajuda do governo	2	4,55		Dificuldades com a tecnologia	3	11,54
Total	44	100		Aumento da carga de trabalho	2	7,69
				Total	26	100

Com relação à atividade pesqueira, o maior impacto foi nas vendas do pescado (24,44% das categorias). Relacionado a isso, o impacto sobre o turismo também foi citado, com 13,33%, uma vez que muitas comunidades também sobrevivem dessa atividade. Dez entrevistadas (22,22%) destacaram que a pandemia forçou os pescadores e as comunidades num geral a buscarem alternativas para seu sustento. Os problemas emocionais também apareceram, com o medo da infecção (15,56%). No entanto, em 15,56% das respostas, foi comentado que a pandemia só veio “piorar o que já estava ruim”, uma vez que a pesca já sofria com a degradação ambiental e os baixos estoques de pescado, além da legislação negligente. As perdas de vidas também foram comentadas (4,44%), bem como a falta de ajuda do governo para com a categoria (4,44%). Reis-Filho & Quinto (2020) entrevistaram pescadores artesanais em Salvador (BA), e constatarem impactos semelhantes: com o afastamento social, a redução dos ganhos dos pescadores e marisqueiros caiu, com a baixa do fluxo de vendas. Os mesmos problemas foram registrados em comunidades no litoral de Sergipe (OLIVEIRA *et al.*, 2021). Uma condição socioeconômica que já era precária e instável, agravou-se ainda mais. Cavalcanti & Wanderley (2020) também relataram a vulnerabilidade sofrida nas comunidades de pesca artesanal, e as perdas registradas em todo o país dentro da categoria. A baixa da venda, segundo os mesmos autores, implica diretamente na segurança alimentar do próprio pescador, uma vez que depende da venda do pescado para a compra de outros alimentos.

O Boletim nº 364 do Observatório dos Impactos do Coronavírus nas Comunidades Pesqueiras, publicado em março de 2021, totaliza 72 óbitos, 73 casos confirmados e 37 casos suspeitos na categoria em todo o país até então. Vale ressaltar que esses não são dados oficiais, e sim uma iniciativa popular das próprias comunidades pesqueiras para divulgarem o impacto da pandemia na vida dos trabalhadores da pesca.

Já o trabalho como liderança teve algumas categorias em comum, apesar de divergir em alguns fatores. O mais comentado nesse aspecto foi que muitas tiveram seu trabalho interrompido (23,08%), tendo que colocar um fim ou uma pausa em muitos projetos que estavam sendo desenvolvidos. A falta de amparo do governo apareceu novamente, mas com 19,23% das categorias nesse caso, citando questões como o acesso ao auxílio emergencial, a efetivação do registro dos pescadores e os problemas para obter comunicação com os órgãos públicos. Silva *et al.* (2020) relataram a dificuldade do setor para conseguir ser contemplado pelo auxílio emergencial, e mesmo do seguro defeso, um direito assegurado por lei. As lideranças também contam que a pandemia forçou adaptações no seu trabalho (15,38%), como: restrição e agendamento do atendimento aos pescadores, distanciamento social, fornecimento de máscaras e álcool para os pescadores, etc. A dificuldade com a tecnologia foi um fator impactante devido à falta de acesso de muitos pescadores, ou por não saberem utilizá-la (11,54%). Houve ainda um aumento na carga de trabalho (7,69%), acompanhado dos problemas emocionais (7,69%). A dificuldade financeira foi um fator citado por uma entrevistada (3,85%). Três delas comentaram que a pandemia serviu para a superação de desafios e busca de alternativas (11,54%). Com o fechamento do turismo em algumas comunidades, outros projetos foram implementados para que os moradores não perdessem seu meio de subsistência. Historicamente, as comunidades de pesca artesanal frequentemente precisam demonstrar resiliência diante de diversas problemáticas que colocam em risco seu território e sua identidade (STORI, 2010), e a pandemia foi mais um desses cenários que afligiu essa população.

O isolamento social afeta o setor pesqueiro de maneira muito particular, uma vez que o indivíduo pescador está intimamente ligado ao território, constituindo uma identidade territorial (HAESBAERT, 2013). Assim, o isolamento se torna um obstáculo para a reprodução social da vida dos pescadores (RAMALHO, 2020), que não podem estar no ambiente de seu trabalho. O depoimento de I.B. (65 anos), ilustra bem essa questão e todas as outras citadas com relação às consequências da pandemia:

“Sim, afetando muito, de várias maneiras. O medo de contaminação. (...) Com relação à produção deles, a pandemia veio piorar o que já está ferrado. Porque a pesca já está muito fraca, a maior parte dos mangues estão sendo “encimentados” (é a palavra que eu falo) pelas empresas. Então com isso e eles não poderem ter contato físico também, diminuiu bastante. E com a diminuição da pesca, da produção, diminuiu também a contribuição deles com a entidade. A gente tá fazendo trabalho; no começo a gente ficou fechado com o pânico. Aí depois a gente resolveu abrir, agora a gente atende assim, por agendamento. Só entra no

máximo duas pessoas e se tiver de máscara. A gente até entre nós mesmos fazemos o uso do álcool. Mas houve sim, uma queda bastante acentuada. Pelo que já vem acontecendo, pela falta de ajuda das prefeituras, pela própria Secretaria de Pesca que é um absurdo há seis anos não identifica os pescadores. (...) O que mais nos deixa doente, eu tenho duas pessoas aqui que se afastaram um mês (...) com depressão por conta disso. Além da pandemia, eu imagino os pescadores também. Os pescadores também. A pandemia tem deixado muita gente com problema emocional. Com a cabeça fraca. Meu marido também é pescador. Ele sai pra pescar e não pega nada. Entendeu? A pandemia veio só acrescentar mais prejuízo, pra vários setores, né? Tem muitos setores de venda online, essas coisas, eles não têm o contato físico. Já o pescador tem que sair com o outro, tem que ir pro mar, é uma vida bem complicada. Mas eu creio que sim, prejudicou bastante.” (I.B., 65 anos).

Diante das problemáticas discutidas, é possível enxergar a necessidade de atenção a ser dada ao setor da pesca artesanal no contexto da pandemia. Num momento de fragilidade social como o atual, fica evidente o quanto a categoria é negligenciada e o quanto seus direitos são insuficientes, e mesmo os que são assegurados, não atendem a todo o setor.

5. Conclusões

Com os resultados apresentados é possível concluir que os desafios de ser uma liderança feminina em um setor predominantemente masculino são grandes. A participação das mulheres em posição de tomadas de decisão ainda é um acontecimento recente e em construção, e a pouca diversidade de estudos e de registros sobre essa participação invisibiliza ainda mais o trabalho realizado por elas.

Ainda que o número de lideranças femininas seja bem representativo fica evidente que as mulheres ainda precisam se impor mais que os homens e colocar esforço redobrado para terem seu trabalho reconhecido e para serem respeitadas.

Os conflitos vivenciados pelas entrevistadas estão relacionados aos problemas enfrentados pela pesca artesanal em todo o país: a apropriação do território caiçara, a falta de suporte governamental e a competitividade com a pesca industrial. Além disso, a posição exige que a mediação entre as partes interessadas seja feita por elas, o que também é um desafio para as mulheres.

A pandemia de COVID-19 repercutiu de forma negativa na atividade, causando diversos prejuízos econômicos, sociais e emocionais. Os trabalhadores e trabalhadoras da pesca, que já

vivem em condições de vulnerabilidade, tiveram seu dia a dia alterado de forma drástica. Isso exigiu que as lideranças, juntamente com as comunidades, se adaptassem e buscassem outras formas de sobreviver, ainda que sem o amparo necessário do poder público.

O presente estudo é elucidativo no sentido de demonstrar a participação feminina em posições de liderança na pesca artesanal do estado de São Paulo, algo que ainda é pouco documentado. Também fornece informações sobre a necessidade da categoria de ser amparada por políticas públicas efetivas, que garantam suas necessidades, especialmente em momentos de alta sensibilidade social e econômica. Como exemplo, podemos citar a distribuição de auxílios financeiros para os trabalhadores da categoria conseguirem garantir sua subsistência em períodos nos quais o trabalho é dificultado, com atenção especial às mulheres que de forma geral já não são contempladas pela legislação vigente. Além disso, a questão do investimento em políticas de educação voltadas para a formação e aprimoramento profissional tanto na própria atividade de pesca, quanto outras alternativas de trabalho. O reforço na questão sanitária nas regiões de mais vulnerabilidade também é de extrema importância.

Para tanto, é necessário que mais estudos sejam feitos a respeito dessas demandas, especialmente as femininas, e que de fato haja participação nas decisões relativas ao setor pesqueiro. Ampliar as investigações científicas no sentido de entender melhor as consequências da pandemia, fazendo recortes locais e de gênero e garantindo que todos aqueles inseridos nesse contexto sejam ouvidos. Assim, os trabalhadores e, principalmente, as trabalhadoras da pesca poderão continuar realizando seu trabalho de forma digna, com todos os seus direitos assegurados.

Referências Bibliográficas

- AGARWAL, Bina. Participatory Exclusions, Community Forestry, and Gender: An Analysis for South Asia and a Conceptual Framework. *World Development*, v. 29, n. 10, p. 1623–1648, 2001.
- AGARWAL, Bina. Gender and forest conservation: The impact of women's participation in community forest governance. *Ecological Economics*, v. 68, n. 11, p. 2785–2799, 2009.
- ALENCAR, Carlos Alexandre; MAIA, Luis. Perfil socioeconômico dos pescadores brasileiros. *Arquivos de Ciências do Mar, Fortaleza*, v. 44, n. 3, p. 12–19, 2011.
- ALENCAR, Carlos Alexandre Gomes de; MARINO, Márcia Thelma Rios Donato Marino; GUERRA, João; MORAES, Suellen Galvão; LIMA, Leonardo Holanda; FAÇANHA, Matheus Cordeiro; FERREIRA, Diego Oliveira. perfil Socioeconômico dos pescadores brasileiros. In: ROQUE, Ana Cristina *et al.* (orgs.). *Saindo da zona de conforto: A interdisciplinaridade das zonas costeiras*. Rio de Janeiro: Tomo VIII da Rede Braspor, 2019. p. 29-48.
- ALENCAR, Edna Ferreira; PALHETA, Sandra Pereira; SOUSA, Isabel Soares. Trabalho na pesca, ação política e identidade: as mulheres da Colônia de Pescadores Z-32 de Maraã-Amazonas. In: SCHERER, Elenise (orgs.). *Aqui estamos: entre as águas dos mares, águas dos rios, nas terras de trabalho da pesca artesanal*. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2015. p. 39–70.
- ALONSO-POBLACIÓN, Enrique; SIAR, Susana V. Women's participation and leadership in fisherfolk organizations and collective action in fisheries: a review of evidence on enablers, drivers and barriers. *Circular de pesca y acuicultura de la FAO, Roma*, n. 1159, 2018.
- ALVES DA SILVA, Maria Eugênia Porto; CASTRO, Paula Maria Gênova de; MARUYAMA, Lidia Sumile; PAIVA, Patrícia de. Levantamento da pesca e perfil socioeconômico dos pescadores artesanais profissionais no Reservatório Billings. *Boletim do Instituto de Pesca, São Paulo*, v. 35, n. 4, p. 531-543, 2009.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BRETON, Yvan; BENAZERA, Clara; PLANTE, Steve; CAVANAGH, Julie. Fisheries management and the Colonias in Brazil: A case study of a top-down producers' organization. *Society & Natural Resources*, v. 9, n. 3, p. 307–315, 1996.
- CARDOSO, Eduardo Schiavone. Pesca y dinámica espacial en el municipio de São Sebastião, estado de São Paulo. In: ALCALÁ, Graciela *et al.*. *Pescadores en América Latina y el Caribe: espacio, población, producción y política*. Yucatán: Facultad de Ciencias de la Universidad Nacional Autónoma de México, 2011. p. 49-70
- CARMELA, Regina; PINHEIRO, Marta de Araújo. Ecopsicossociologia: abordagens ecofeministas da pesca artesanal. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 31, p. 276-281, dez. 2019.
- CAVALCANTI, Joanna Amarante Silva; WANDERLEY, Bárbara Evelyn Baracho. Os pescadores e pescadoras artesanais em tempos de Covid-19. *Revista Pegada*, v. 21, n. 2, p. 493-510, 2020.

CLEAVER, Frances. Analysing gender roles in community natural resource management: negotiation, lifecourses and social inclusion. *IDS Bulletin*, v. 31, n. 2, p. 60–67, 2000.

DA CAL SEIXAS, Sônia Regina; HOEFFEL, João Luiz de Moraes; RENK, Michelle; DA SILVA, Bendita Nazaré; DE LIMA, Fábio Bueno. Percepção de pescadores e maricultores sobre mudanças ambientais globais, no litoral Norte Paulista, São Paulo, Brasil. *Revista da Gestão Costeira Integrada*, v. 14, n. 1, p. 51-64, 2014.

DIAS, Thelma Lúcia; ROSA, Ricardo; DAMASCENO, Luis Carlos. Aspectos socioeconômicos, percepção ambiental e perspectivas das mulheres marisqueiras da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão (Rio Grande do Norte, Brasil). **Gaia Scientia**, v. 1, n. 1, p. 25-35, 2007.

DIEGUES, Antônio Carlos. *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar*. São Paulo: Editora Ática, 1983.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Editora Hucitec, 3ª ed., 2001.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O olhar estrangeiro*. São Paulo: Hucitec/Nupaub/CEC/USP, v. 3, 2004.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar*, n. 24, p. 213-225, 2004.

FAO. Diretrizes Voluntárias para garantir a pesca de pequena escala sustentável: No contexto da segurança alimentar e da erradicação da pobreza. Roma: Organizações das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura. 34 p, 2017.

FAGUNDES, Lúcio; MACHADO, Ingrid; BASTOS, Gastão; MUCINHATO, Cláudia; TUTUI, Sérgio; SOUZA, Marcelo; TOMÁS, Acácio. Aspectos socioeconômicos e produtivos dos pescadores da Baixada Santista que atuam nas áreas possivelmente impactadas pela dragagem de aprofundamento do canal do Porto de Santos - SP e na área de deposição de material dragado. *Série Relatórios Técnicos*, São Paulo, n. 52 p. 1-27, 2013.

FREITAS, Carolina; ESPÍRITO-SANTO, Helder; CAMPOS-SILVA, João Vitor; PERES, Carlos. Resource co-management as a step towards gender equity in fisheries. *Ecological Economics*, v. 176, 2020.

GARCIA, Narjara Mendes; YUNES, Maria Angela; CHAVES, Priscila; SANTOS, Lídia. Educando Meninos e Meninas: Transmissão Geracional da Pesca Artesanal no Ambiente Familiar. *Psicologia Educacional*, n. 25, p. 93-112, 2007.

GEFE, Wanderley; AMORIM, Alexandre; AMORIM, Luís Felipe; AMORIM, Alberto. Importância da pesca artesanal na região da Baixada Santista. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISAS AMBIENTAIS E SAÚDE, 03, 2003, Santos. Anais [...], Santos: Instituto de Pesca. Disponível em:

<<http://copec.eu/congresses/cbpas2003/proc/pdf/T199.pdf>> Acesso em 24 de nov. 2021.

GOES, Lidiane de Oliveira. *Os Usos da Nomeação Mulher Pescadora no Cotidiano de Homens e Mulheres que Atuam na Pesca Artesanal*. 2008. 219 f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

GRUPO OBSERVATÓRIO DOS IMPACTOS DO CORONAVÍRUS NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS. Boletim Diário: Edição 364, mar. 2021. Disponível em: <<https://observatoriocovid19pescadores.blogspot.com/>> Acesso em 01/02/2022.

GUTIÉRREZ, Nicolás; HILBORN, Ray; DEFEO, Omar. Leadership, social capital and incentives promote successful fisheries. *Nature*, v. 2, p. 5–8, 2011.

HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: Rosendhal, Z. *et al.* (orgs.). *Geografia Cultural: Uma antologia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p. 233-244.

JEYANTHI, P.; GOPAL, Nikita; L. N.; GEETHALASKSHMI, V. Employment Status of Women in the Seafood Processing Sector of Gujarat. *Fishery Technology*, v. 52, p. 135–139, 2015.

KLOCKNER, Christian. A Comprehensive Model of the Psychology of Environmental Behaviour – a MetaAnalys. *Global Environmental Change*, v. 24, n. 5, p. 1028-1038, 2013.

KWOK, Eugenia. Perceptions of gender dynamics in small-scale fisheries and conservation areas: a case study in the Pursat province of Tonle Sap Lake, Cambodia. 2017. 142f. Master of Arts in Geography Thesis – University of Guelph, Guelph, 2017.

KWOK, Eugenia; BAHADUR, Krishna; SILVER, Jennifer; FRASER, Evan. Perceptions of gender dynamics in small-scale fisheries and conservation areas in the Pursat province of Tonle Sap Lake, Cambodia. *Asia Pacific Viewpoint*, v. 61, n. 1, p. 54-70, 2020.

LEITÃO, Maria do Rosário. Gênero, Pesca e Cidadania. **Amazônica – Revista de Antropologia**, v. 5, n. 1, p. 98-115, 2013.

LOPES, Priscila; FREITAS Carolina; BEGOSSI, Alpina. A Mulher e a Pesca: um Olhar sobre a Pesquisa e a Atuação Feminina Pesqueira no Brasil. *Ethnoscientia*, v. 5, 2020.

MACHADO, Cristina Buratto Gross; GOMES, Marquiana de Freitas Vilas Boas. A territorialidade e os conflitos da pesca artesanal na Colônia Z4 – Barra Velha/SC. *Boletim de Geografia*, v. 32, n. 3, p. 170-187, fev. 2015.

MAFRA, Tiago Vernize. Desterritorialização e resistência em uma comunidade de pescadores no litoral do Paraná: a presença de uma liderança mulher na luta pelo território pesqueiro. *Guaju, Matinhos*, v. 5, n. 1, p. 166-189, jan./jun. 2019.

MANESCHY, Maria Cristina; SIQUEIRA, Deis; ALVARES, Maria Luzia Miranda. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 713-737, dez. 2012.

MANI-PERES, Caiua; XAVIER, Luciana; SANTOS, Claudia; TURRA, Alexander. Stakeholders perceptions of local environmental changes as a tool for impact assessment in coastal zones. *Ocean & Coastal Management*, v. 119, p. 135-145, 2016.

MARUYAMA, Lidia Sumire; CASTRO, Paula Maria Gênova; PAIVA, Patrícia de. Pesca artesanal no médio e baixo Tietê, São Paulo, Brasil: aspectos estruturais e socioeconômicos. *Boletim do Instituto de Pesca, São Paulo*, v. 35, n. 1, p. 61-81, 2009.

MENDONÇA, Jocemar Tomasino. Caracterização da Pesca Artesanal no Litoral Sul de São Paulo – Brasil. *Boletim do Instituto de Pesca, São Paulo*, v. 41, n. 3, p. 479–492, 2015.

- MENDONÇA, Jocemar Tomasino; MACHADO, Ingrid Cabral. Mangrove oyster (*Crassostrea* spp.) (Sacco, 1897) extractivism in Cananéia estuary (São Paulo, Brazil) from 1999 to 2006: capture and management evaluation. *Brazilian Journal of Biology*, v. 70, n. 1, p. 65-73, 2010.
- MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura, Ministério da Pesca e Aquicultura, Brasil. Brasília: 2012.
- NASCIMENTO, Daniela Santana do; PEDRO, Greicilene Regina. A comunidade de pescadores da Ilha Diana. *Patrimônio: lazer & turismo*, Santos, v. 4, nov. 2018. Disponível em: <<https://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos4713.html?cod=53>>. Acesso em: 24 mai. 2020.
- OLIVEIRA, Ticiano Rodrigo Almeida; COSTA, Jailton de Jesus; ALMEIDA, Gênisson Lima de. Pesca artesanal, políticas públicas e a pandemia de COVID-19: desafios para as comunidades costeiras de Sergipe. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 2, p. 15952-15970, fev. 2021.
- PICCOLO, Natali Isabela Pierin; MACHADO, Ingrid Cabral; MENDONÇA, Jocemar Tomasino; HENRIQUES, Marcelo Barbosa. A qualidade de vida na pesca artesanal: O uso de indicadores como instrumento de avaliação. *Atas - Investigação Qualitativa em Ciências Sociais*, v. 3, 2015.
- PITA, Cristina; PIERCIE, Graham J.; THEODOSSIOU, Ioannis. Stakeholders' participation in the fisheries management decision-making process: Fishers' perceptions of participation. *Marine Policy*, v. 34, 1093-1102, 2010.
- RAMALHO, Cristiano. Elos de pertencimento na pesca artesanal. In: JUNIOR, Wellington Castelluci *et al.* (orgs.). *Populações litorâneas e ribeirinhas na América Latina: estudos interdisciplinares*, v. 2. Salvador: EDUNEB, 2017. p. 27-51.
- RAMIRES, Milena; CLAUZET, Mariana; ROTUNDO, Matheus Marcos; BEGOSSI, Alpina. A pesca e os pescadores artesanais de Ilhabela (SP), Brasil. *Boletim do Instituto de Pesca*, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 231-246, 2018.
- REIS-FILHO, José Amorim; QUINTO, Danilo. COVID-19, Afastamento social, Pesca artesanal e Segurança alimentar: Como esses temas estão relacionados e quão importante é a soberania dos trabalhadores da pesca diante do cenário distópico. *SciELO Preprints*, abr. 2020.
- ROMANI, Carlo. O discurso cultural e ambientalista das comunidades de pescadores caiçaras na luta pela terra: uma análise histórica do conflito ambiental no canal de Bertioga, na Baixada Santista. *História Oral*, v. 14, n. 2, p. 35-66, abr. 2012.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.
- SANTOS, Anna. Fisheries as a way of life: Gendered livelihoods, identities and perspectives of artisanal fisheries in eastern Brazil. *Marine Policy*, v. 62, p. 279-288, set. 2015.
- SILVA, Luiz. Geraldo. *Os pescadores na História do Brasil: colônia e império*. Recife: Comissão Pastoral dos Pescadores, 1988.

SILVA, Cristiane; GOBBI, Beatriz; SIMÃO, Ana. O uso da Análise de Conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005.

SILVA, Vera Lucia; LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. A regulação jurídica da pesca artesanal no Brasil e o problema do reconhecimento do trabalho profissional das pescadoras. In: 17º ENCONTRO NACIONAL DA REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO - REDOR. João Pessoa: 2012.

SILVA, Catia Antonia da; SAMPAIO, Karla da Silva; BUCH, Carolina Lourival; EUZÊBIO, Rodrigo Correa; PINTO, Pedro Benício Almeida. Política pública da previdência social e trabalhadores da pesca artesanal: dilemas estruturais em contextos conjunturais da covid-19. *Revista Tamoios*, v. 16, n. 1, p. 88-107, mai. 2020.

STAPLES, Kiri; NATCHER, David. Gender, Decision Making, and Natural Resource Co-management in Yukon. *Arctic*, v. 68, n. 3, p. 356–366, 2015.

STORI, Fernanda Terra. Adaptatividade e resiliência no sistema socioecológico da comunidade caiçara da Ilha Diana, município de Santos – SP. 2012. 226f. Tese de Doutorado – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

VASCO, Ana Paula; ZAKRZEWSKI, Sônia. O estado da arte das pesquisas sobre percepção ambiental no Brasil. *Perspectiva*, v. 34, n. 125, p. 17-28, mar. 2010.

WESTERMANN, Olaf; ASHBY, Jacqueline; PRETTY, Jules. Gender and social capital: The importance of gender differences for the maturity and effectiveness of natural resource management groups. *World Development*, v. 33, n. 11, p. 1783–1799, 2005.

ZHU, Hengbo; WEI, Li; NIU, Ping. The novel coronavirus outbreak in Wuhan, China. *Global Health Research and Policy*, v. 5, p. 1-3, mar. 2020.

Anexo 1**PROTOCOLO DE ENTREVISTA****1. Perfil Socioeconômico**

Nome:

Data de nascimento:

Local de nascimento:

Cidade de residência:

Escolaridade:

Estado civil:

2. Caracterização Laboral**A. Atividade de Pesca**

Há quanto tempo trabalha na atividade de pesca?

1. ☐ Menos de 5 anos
2. ☐ Entre 5 e 10 anos
3. ☐ Entre 10 e 15 anos
4. ☐ Mais de 15 anos
5. ☐ Não trabalha na cadeia de pesca

Com quem aprendeu o trabalho na pesca (caso exerça)?

1. ☐ Família
2. ☐ Amigas(os)
3. ☐ Chefe/patrão/líder
4. ☐ Outro. Especificar: _____

Possui outra fonte de renda além da pesca? Qual a principal?

1. ☐ Sim. Qual?
2. ☐ Não

B. Atuação como Liderança

A qual associação ou colônia está vinculada?

A que comunidades/municípios a entidade atende? Quantos pescadores são atendidos por ela?

Há quanto tempo é liderança?

Como foi a sua trajetória até chegar à posição de liderança?

Você tem obtém renda por meio da atuação como liderança?

Com quem aprendeu a função de liderança como representante do setor pesqueiro?

1. ☐ Família
2. ☐ Amigas(os)
3. ☐ Chefe/patrão/líder
4. ☐ Outro. Especificar: _____

Você considera que o tratamento dos pescadores com relação a você é diferente do que é dado para outras lideranças masculinas?

Você considera que o tratamento do poder público com relação a você é diferente do que é dado para outras lideranças masculinas?

Você considera que o seu trabalho é valorizado?

Quais são as principais dificuldades do seu trabalho?

Você acredita que a opinião das mulheres é levada em consideração na tomada de decisão da pesca artesanal?

Quais são as demandas e necessidades para que as lideranças femininas sejam mais valorizadas na pesca?

3. Impactos da pandemia de Covid-19

De que forma a pandemia de Covid-19 afetou a pesca artesanal?

De que forma a pandemia de Covid-19 afetou o seu trabalho como liderança?

ESSE É O FINAL DA ENTREVISTA, OBRIGADO POR SUA PARTICIPAÇÃO! VOCÊ GOSTARIA DE COMPARTILHAR MAIS ALGUMA INFORMAÇÃO SOBRE ESTE ASSUNTO QUE NÃO FOI CONSIDERADO NAS PERGUNTAS?

PARECER FINAL DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
APRESENTAÇÃO REMOTA

Discente: LENÍSIA DE FREITAS TENÓRIO DOS SANTOS

Título: *"Lideranças femininas da pesca artesanal do estado de São Paulo: Análise das percepções sobre o trabalho em meio à pandemia de COVID-19"*

Orientadora: Profa. Dra. Débora Martins de Freitas

Curso/Habilitação: Bacharelado em Ciências Biológicas/ Gerenciamento Costeiro

COMISSÃO EXAMINADORA	CONCEITO
Profa. Dra. Débora Martins de Freitas	Aprovada
Profa. Dra. Mariana Clauzet	Aprovada

CONCEITO FINAL:

A Comissão Examinadora abaixo assinada conclui que a discente **Lenísia de Freitas Tenório dos Santos** obteve o seguinte conceito:

☒ APROVADO

☐ REPROVADO

São Vicente, 24 de janeiro de 2022.



Profa. Dra. Débora Martins de Freitas
(Orientadora)



Profa. Dra. Mariana Clauzet